

O.S. ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº 60.922.168/0026-34
Demonstrações Financeiras

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota	2017	2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	21.691	722
Contas a receber - Contrato de Gestão	5	6.207	17.564
Estoques		110	146
Outros créditos		1.768	1.400
Total ativo circulante		29.776	19.832
Não circulante			
Depósitos judiciais	8	3.700	305
Imobilizado e intangível	6	6.687	7.683
Total do ativo não circulante		10.387	7.988
Total do ativo		40.163	27.820

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)			
Passivo	Nota	2017	2016
Circulante			
Fornecedores		1.116	1.734
Empréstimos conta garantida		-	7
Obrigações trabalhistas	7	21.533	22.221
Obrigações tributárias		3.348	3.040
Outras contas a pagar	8	8.950	12.011
Total do passivo circulante		34.947	39.013
Não circulante			
Subvenção e assistência governamental a realizar	9	539	769
Contingências	10	2.428	1.865
Bens públicos em nosso poder	11	6.683	7.680
Total do passivo não circulante		9.650	10.314
Total do passivo		44.597	49.327
Patrimônio líquido	12		
Déficit acumulado		(4.434)	(21.507)
Total do patrimônio líquido		(4.434)	(21.507)
Total do passivo e patrimônio líquido		40.163	27.820

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios	
	(Déficit) acumulado
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(23.679)
Superávit do exercício	2.172
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(21.507)
Superávit do exercício	17.073
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(4.434)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios	
	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(23.679)
Superávit do exercício	2.172
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(21.507)
Superávit do exercício	17.073
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(4.434)

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Associação Congregação de Santa Catarina ("Entidade"), qualificada como Organização Social de Saúde, por meio dos Contratos de Gestão e Operacionalização, denominado "Contrato de Gestão", firmado com a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, mantém a operacionalização da O.S Associação Congregação de Santa Catarina conforme Contrato N° 017/2015 da Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde de Santo Amaro/Cidade Ademar denominado "PMSP SMS R 017/2015" com vigência até 30 de agosto de 2020. No referido contrato fixo, as verbas orçamentárias a serem repassadas a Entidade para o custeio das operações, e os repasses são feitos pela Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, sendo fixadas e distribuídas em Custeio e Investimentos. A Entidade, por meio do Contrato de Gestão contribui para o atingimento dos requisitos estabelecidos pela Lei nº 12.101/2009, chamada "Lei da Filantropia", operacionalizado pela Associação Congregação de Santa Catarina.

Planejamento da Administração: A Associação Congregação de Santa Catarina, faz a gestão e operacionalização da O.S Associação Congregação de Santa Catarina. A Entidade no exercício de 2017 apresentou superávit de R\$ 17.073, que já estava previsto conforme a repactuação e verbas orçamentárias definidas para o Contrato de Gestão nº R017/2015, firmado em 5 de agosto de 2015 para Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde de Santo Amaro/Cidade Ademar. O Superávit gerado no exercício não foi suficiente para cobrir os déficits acumulados e patrimônio líquido negativo, e o capital circulante líquido negativo é suportado pela Associação Congregação de Santa Catarina sempre que necessário, garantindo assim a continuidade das operações da Entidade. A verba orçamentária definida para o período de janeiro de 2018 a dezembro de 2018 está em processo de aprovação pela administração junto com a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo. A Entidade entende que o valor que está em processo de aprovação é suficiente para manutenção das atividades e geração gradual de recursos para regularização de parte de suas obrigações financeiras.

2. Base de preparação:

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações foi autorizada pela Diretoria Administrativa em 14 de Fevereiro de 2018.

b. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

• Nota explicativa nº 10 - Provisão para contingências:

3. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros: (i) **Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. (ii) **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **Empréstimos e recebíveis:** Esses são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber de contrato de gestão e créditos diversos. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. Os recursos vinculados representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações do contrato de gestão, dos seus termos aditivos e outros ajustes que lhe deram origem. (iii) **Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **Instrumentos financeiros derivativos:** Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2017 e 2016, incluindo operações de hedge. **b. Contas a receber - Contrato de gestão:** As contas a receber sobre a parcela mensal definida conforme Contrato de Gestão Municipal são registradas pelos valores faturados, e são ajustados por provisão

para perdas com crédito de liquidação duvidosa constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer em face de eventuais perdas na realização do contas a receber. **c. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques estão relacionados, principalmente, a medicamentos para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no serviço de saúde. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. **d. Imobilizado:** (i) **Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os itens do ativo imobilizado da Entidade são bens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou de outros fatores específicos. (ii) **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: Equipamentos de processamento de dados 5 anos Veículos 5 anos Instalações 10 anos Aparelhos de medicina 10 anos Instrumentos de cirurgia 10 anos Móveis e máquinas 10 anos Benfeitorias 25 anos Outros ativos 10 anos Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **e. Ativos intangíveis:** (i) **Reconhecimento, mensuração e amortização:** O ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (*software*), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. **f. Redução ao valor recuperável (impairment):** (i) **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. **g. Provisão, passivo circulante e não circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **h. Demais ativos circulantes e não circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços. **i. Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade. **j. Receitas - Contratos de gestão:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de prestações de serviços é gerada com base no Contrato de Gestão firmada com a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, em que a Associação Congregação de Santa Catarina assumiu a gestão e operacionalização da O.S Associação Congregação de Santa Catarina. **k. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros e aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e despesas bancárias. **l. Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **m. Receitas com trabalhos voluntários:** As receitas com trabalhos voluntários, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas operacionais. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não ocorreram trabalhos voluntários na Entidade. **n. Gerenciamento de risco financeiro:** A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de liquidez; • Risco de mercado. A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na nota explicativa nº 18. **Estrutura do gerenciamento de risco:** As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade. **o. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Entidade estão mencionadas abaixo. A Entidade não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **IFRS 9 Financeal Instruments (Instrumentos Financeiros):** O CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e

Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)			
Receitas operacionais líquidas	Nota	2017	2016
Receitas Contrato de Gestão - Estadual	14	219.240	190.948
Custos, despesas e receitas operacionais			
Pessoal e encargos	15	(172.017)	(163.898)
Serviços profissionais	16	(21.799)	(20.793)
Gerais e administrativas		(6.864)	(6.682)
Materiais e medicamentos		(1.305)	(1.903)
(Provisão) reversão para contingências		(564)	4.536
Depreciação e amortização		(850)	(979)
Impostos, taxas e contribuições		(286)	(307)
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa		(17)	-
Outras receitas operacionais, líquidas		1.009	773
Superávit operacional antes do resultado financeiro		16.547	1.695
Resultado financeiro, líquido			
Receitas financeiras		541	783
Despesas financeiras		(15)	(306)
Superávit do exercício		17.073	2.172

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)	
	2017
Superávit do exercício	17.073
Resultados abrangentes	-
Resultado abrangente total do exercício	17.073

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2017	2016
Superávit do exercício	17.073	2.172
Provisão de contingências	2.369	592
Reversão provisão para contingências	(1.806)	(4.211)
Superávit (déficit) do exercício ajustado	17.636	(1.447)
(Aumento) redução nos ativos em:		
Contas a receber	11.357	(3.114)
Estoques	36	47
Outros créditos	(368)	(1.094)
Depósitos judiciais	(3.395)	(66)
Aumento (redução) nos passivos em:		
Fornecedores	(618)	831
Obrigações trabalhistas	(689)	3.524
Obrigações tributárias	308	1.441
Outras contas a pagar	(3.061)	(233)
Subvenção e assistência governamental a realizar	(230)	769
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	20.976	658
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado - recursos próprios	-	(3)
Aquisição de ativo imobilizado-Repasse de verba Municipal	(303)	(3.240)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(303)	(3.243)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Recebimento de numerário para aquisição de imobilizado	303	3.240
Pagamento de empréstimos conta garantida	(7)	(4)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	296	3.236
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	20.969	651
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	722	71
No fim do exercício	21.691	722
	20.969	651

Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Entidade elaborou estudo de adoção da nova norma e considera que os novos requerimentos de classificação dos ativos e passivos financeiros não terão impactos significativos na sua mensuração. **IFRS 15 - Revenue from Contract with Customers (Receita de Contrato com Clientes):** A IFRS 15 (CPC 47) introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 Receitas, CPC 17 Contratos de Construção e o CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. As receitas da Entidade incluem principalmente, além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público para execução do objeto do Contrato de Gestão, as fontes de recursos advindas de (i) receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades de gestão e operacionalização do contrato de gestão, (ii) da utilização de seus espaços físicos, (iii) doações e (iv) rendimentos de aplicações e ativos financeiros. A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. Este pronunciamento deverá ser aplicado para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A Entidade concluiu as análises dos efeitos da adoção desta norma e não espera que a aplicação do CPC 47 / IFRS 15 resulte em diferenças significativas no momento do reconhecimento da receita para esses serviços. **IFRS 16 Leases (Arrendamentos):** A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICP 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 (CPC 47) Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial deste. A Entidade não concluiu as análises dos efeitos da adoção desta norma. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa fundo fixo	27	9
Banco conta corrente	114	325
Aplicações financeiras	21.550	388
	21.691	722

A Entidade mantém os recursos disponíveis aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social. As aplicações financeiras da Entidade não estão sujeitas à incidência de impostos, em razão desta gozar de imunidade de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos está atrelada ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). O rendimento médio aproximado em 2017 foi de 9,91 % a.a. (10,50 % a.a. em 2016).

5. Contas a receber - Contrato de gestão

	2017	2016
Contas a receber - Contrato de gestão	20.385	31.726
Provisão estimada para crédito liquidação duvidosa	(14.178)	(14.162)
	6.207	17.564

O montante apresentado na rubrica de "Contas a receber" refere-se ao repasse dos recursos vinculados ao contrato de gestão.

a) **continuação** A análise vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	2017	2016
Títulos vencidos até 30 dias	201	17.548
Títulos vencidos até 60 dias	635	-
Títulos vencidos até 90 dias	-	16
Títulos vencidos até 180 dias	5.371	-
Títulos vencidos há mais de 360 dias	14.178	14.162
	<u>20.385</u>	<u>31.726</u>

Metodologia de provisionamento para Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PELD): A provisão para perdas com provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (PELD)

6. Imobilizado e intangível

Custo	Instalações	Aparelho de Medicina	Instrumento Cirurgia
Saldo em 1º de janeiro de 2016	708	1.386	78
Adições	48	391	6
Saldo em 31 de dezembro de 2016	756	1.777	84
Adições	-	20	58
Reclassificação	-	9	-
Baixa (a)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	756	1.807	142
Depreciação			
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(578)	(1.180)	(41)
Depreciação no período	(70)	(178)	(11)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(648)	(1.358)	(52)
Depreciação no período	(58)	(137)	(7)
Reclassificação	-	-	-
Baixa	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(706)	(1.495)	(59)

Valor contábil

Em 31 de dezembro de 2016	108	419	32
Em 31 de dezembro de 2017	50	312	84

a) O valor na refere-se basicamente a baixa de itens de Benefícios-GP de Contratos de Gestão rescindidos em anos anteriores junto a PMSP SMS NTCSS.

7. Obrigações trabalhistas

	2017	2016
Provisão para férias e encargos sociais	11.293	12.393
Salários e ordenados a pagar	8.183	7.843
Encargos e contribuições sociais	2.057	1.985
	<u>21.533</u>	<u>22.221</u>

8. Outras contas a pagar

	2017	2016
Empréstimos a pagar (a)	4.204	7.204
Contingências Trabalhistas - Execução (b)	3.711	3.729
Empréstimos a Reparar-funcionários	268	221
Contas a Pagar e Convênios	493	535
Alugueis a Pagar	274	322
	<u>8.950</u>	<u>12.011</u>

(a) Os repasses de verba de custeio do Contrato de Gestão de 2016 não foram recebidos em sua totalidade durante o exercício. A Entidade captou recursos financeiros com a Associação Congregação de Santa Catarina, sem cobrança de juros, para quitação das verbas e encargos trabalhistas de dezembro de 2016. No exercício de 2017 foi ressarcido a Associação Congregação de Santa Catarina o montante de R\$ 3.000. (b) A Entidade figurava como polo passivo em obrigações trabalhistas para causa com risco de perda provável, e possuía provisionado na rubrica contábil de "Contingências" valores correspondentes para cobertura dos riscos. Durante o exercício de 2016, a Entidade por decisão judicial desfavorável de execução reclassificou o saldo para a rubrica de "Outras contas a pagar". O saldo da obrigação em 31 de dezembro de 2017 totaliza R\$ 3.711. O montante de depósitos judiciais da Entidade em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 3.700, dos quais R\$ 3.259 foram depositados judicialmente durante o exercício de 2017 como antecipação de parte da reclamação trabalhista de decisão judicial desfavorável de execução, da qual foi sentenciada o pagamento de R\$ 3.711.

	2017	2016
Contas a pagar de contingências trabalhistas	3.711	3.729
Depósitos judiciais relacionados ao contas a pagar	(3.259)	-
	<u>452</u>	<u>3.729</u>

9. Subvenção e assistências Governamentais a realizar: A rubrica "Subvenções e assistências governamentais a realizar" no montante de R\$ 539 em 2017 (R\$ 769 em 2016) refere-se aos valores recebidos da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo para a aquisição de ativo imobilizado nas Unidades de Serviços no Contrato de Gestão PMSP SMS R 017/2015, que deverá ser realizado no próximo exercício. **10. Contingências:** A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres de especialistas emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

	2017	2016
Previdenciárias e trabalhistas	2.428	1.865

A movimentação da provisão está demonstrada conforme a seguir:

	Saldo inicial	Adi- cões	Estor- nos (a)	Saldo final
	01/01/2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017
Previdenciárias e trabalhistas	1.865	2.369	(1.806)	2.428

Riscos avaliados como possíveis: Os valores das contingências, consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Entidade no montante de R\$ 2.960 em 2017 (R\$ 2.782 em 2016), não estão provisionadas tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. **11. Bens públicos em nosso poder:** A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R\$ 6.683 em 2017 (R\$ 7.680 em 2016), refere-se aos valores recebidos da Secretaria Municipal da Saúde de

foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos títulos a receber, levando-se em consideração análise quantitativa e qualitativa individual dos recebíveis, bem como os títulos vencidos há mais de 180 dias. A administração constituiu provisão em montantes suficientes para cobertura de eventuais perdas por não recebimentos.

Movimentação da provisão estimada de liquidação duvidosa

Saldo em 1º de janeiro de 2016	(18.806)
Reversão de provisão para perdas no exercício	4.644
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(14.162)
Provisão para perdas no exercício	(16)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(14.178)</u>

Equipamentos

Móveis e Máquinas	Veículos	Equipamentos de dados	Benfeitorias	Outros Ativos	Direito de uso de software	Total
3.633	65	5.530	5.455	97	104	12.076
1.264	-	6	1.544	-	-	3.243
4.897	65	550	6.989	97	104	15.319
220	-	5	-	-	-	303
30	-	(3)	-	(36)	-	-
-	-	-	(604)	(42)	-	(646)
5.147	65	552	6.385	19	104	14.976
(2.572)	(65)	(497)	(1.619)	(1)	(104)	(6.657)
(468)	-	(29)	(223)	-	-	(979)
(3.040)	(65)	(526)	(1.842)	(1)	(104)	(7.636)
(357)	-	(13)	(279)	(0)	-	(850)
(3)	-	3	-	-	-	-
-	-	-	196	-	-	196
(3.401)	(65)	(536)	(1.925)	(1)	(104)	(8.290)
1.857	-	24	5.147	96	-	7.683
1.746	-	16	4.460	18	-	6.686

São Paulo para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos à Secretaria quando do término do contrato de gestão. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado de contrato de gestão, registrado no ativo. Durante o exercício de 2016, a Entidade adquiriu itens do imobilizado com recursos próprios da O.S Associação e Congregação de Santa Catarina. Na valor total de R\$ 3, registrado na rubrica de "Imobilizado e intangível". A Entidade realizou procedimento de "Doação" mediante processo administrativo para incorporação ao patrimônio do município de São Paulo junto a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo. **12. Patrimônio líquido: Patrimônio social:** O patrimônio social da Entidade é empregado integralmente nos seus objetivos sociais e formado pelo superávit e/ou déficits acumulados. **13. Remuneração da Administração:** O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e remuneração dos membros da Diretoria Executiva. A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplicam integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

14. Receitas de contrato de gestão - Municipal

	2017	2016
Contrato de gestão - Municipal (a)	220.125	197.170
Depreciação de "Bens públicos em nosso poder" (b)	850	979
Repasso destinado a imobilizado - Municipal	-	(3.243)
Devolução repasse contratual - Contrato de gestão (c)	(1.735)	(3.958)
	<u>219.240</u>	<u>190.948</u>

(a) A Associação Congregação de Santa Catarina - ACSC, qualificada como Organização Social de Saúde, através dos Contratos de Gestão e Operacionalização, denominado "Contrato de Gestão e Operacionalização, firmado com a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, manteve a operacionalização da O.S Associação Congregação de Santa Catarina "Entidade". Em 5 de agosto de 2015 a Entidade celebrou o Contrato de Gestão PMSP SMS R nº 017/2015 para Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde de Santo Amaro/Cidade Ademar, que estabeleceu o prazo de 5 anos de duração. A legislação municipal regulamentou a parceria com entidades filantrópicas, que passaram a ser qualificadas como Organizações Sociais de Saúde (OSS) e que, em decorrência dessa qualificação, adquiriram o direito de firmar Contrato de Gestão com a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo (SMS), visando ao gerenciamento de hospitais e equipamentos públicos de saúde. A Lei determinou ainda que os hospitais gerenciados pelas OSS atendam exclusivamente aos pacientes do SUS. A remuneração dos contratos de gestão é definida para Entidade, de acordo com suas características de atendimento e um orçamento de custeio pré-fixado, com base em um sistema de custos referente à produção de procedimentos das principais áreas de atuação da Entidade e em indicadores de organização do serviço. (b) A Entidade, em atendimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1409/12 (ITG2002 (R1)), em cumprimento ao contrato de gestão, reconhece a depreciação dos ativos, que serão devolvidos à Secretaria quando do término do contrato de gestão, na demonstração de resultado do exercício nas despesas operacionais em contrapartida as receitas operacionais do Contrato de Gestão. (c) Conforme Contrato de Gestão e Operacionalização, firmado com a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, os repasses são baseados no orçamento para o custeio das operações do período. A Secretaria Municipal da Saúde de acordo com a prestação de contas descontou o montante de R\$1.735 das verbas orçamentárias de custeio com base em metas previstas em premissas contratuais.

15. Custos e despesas operacionais - Pessoal e encargos

	2017	2016
Salários, ordenados e indenizações (a)	(117.825)	(111.931)
Férias e 13º salário	(20.798)	(21.014)
Encargos sociais	(14.681)	(13.749)
Vale refeição e cestas básicas	(11.054)	(10.381)
Assistência médica	(5.815)	(4.606)

para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsifi-

Benefícios a funcionários (1.844) (2.217) (172.017) (163.898)

(a) O Contrato de Gestão PMSP SMS/ NTCSS R017/2015 em seu Termo Aditivo 008/2017, incluiu novo serviço de residência terapêutica de Santo Amaro II. **16. Custos e despesas operacionais - Serviços profissionais**

	2017	2016
Serviços técnicos contratados (a)	(17.168)	(16.911)
Repasso de honorários médicos (b)	(4.131)	(3.882)
	<u>(21.799)</u>	<u>(20.793)</u>

(a) Os montantes são relacionados a prestadores de serviços terceirizados, para o desempenho de atividades ligadas ao atendimento médico, tais como: serviços de análise e diagnóstico, locação temporária de equipamentos, e demais serviços. (b) Valores relativos aos atendimentos apurados pelo custo dos serviços prestados nos atendimentos aos pacientes não pagantes (internações e ambulatório), custos de operação do atendimento SUS e custos indiretos associados aos projetos de atendimento. **17. Tributos e contribuições (Entidade fiscal):** A Entidade em item 27 letras "c" da ITG 2002 (R1) reconhece sua Finalidade de Lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, incidentes sobre a receita (ISS de 5% e PIS/COFINS 3,65% - regime cumulativo deduzido do PIS folha de pagamento recolhido no exercício); e incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSLL 34%). A Entidade não tem a obrigação de escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos. **Isenção previdenciária usufruída:** Para atender aos requisitos da legislação pertinente, a Entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. A Entidade, a título de demonstrações, vem evidenciando suas contribuições sociais usufruídas com base na Lei nº 8.212/91, em sua redação primitiva. Esses valores anuais equivalem à Isenção Usufruída - INSS. As declarações de isenção do imposto de renda, as quais a Entidade está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e à aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final por autoridades fiscais e normativas ou órgãos fiscalizadores. **18. Instrumentos financeiros:** A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado. **Patrimônio do valor justo:** Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência de juros, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente do mercado. Durante este exercício a Entidade não efetuou operações com derivativos. **Instrumentos financeiros "Não derivativos":** Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo: • **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; • **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços); • **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos. O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras). Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017, a Entidade está sujeita aos fatores de: **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Com relação às taxas de juros, visando à mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundo de renda fixa. **19. Avais, fianças e garantias:** A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2017 e 2016.

Maria Aparecida Nogueira-Vice Presidente do Conselho de Administração

Maria da Penha Flório - Conselheira
Carlos Andre Uehara - Diretor Executivo
Marcelo Fernandes - Diretor Corporativo Financeiro
Renato Pereira dos Santos - Contador - CRC/SP Nº 1SP145274/O-9

cação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 14 de Fevereiro de 2018

Marcelo Pereira Gonçalves
Contador CRC 1SP22026/O-3
Tatiana Torres Santos Silva
Contador CRC 1SP238548/O-8

Atividades Assistenciais 2017

Famílias Cadastradas *em Dezembro/2017	Pessoas Cadastradas *em Dezembro/2017	Procedimentos Realizados **	Exames Realizados **	Consultas / Atendimentos **	Atividades em Grupos **	Visitas Domiciliares **
82.092	265.551	1.655.237	161.355	1.354.498	176.640	1.012.123

Fonte da Informação: *SIABREG 2017 / **TABNET-SMS-PMSP-2017